

AO EXPEDIENTE DO DIA
23 de 04 de 14
PRESIDENTE



Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Casa de Eptácio Pessoa



17ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

Projeto de Lei n° 1.907/2014

Regula as operações de policiamento destinadas a acompanhar e conter manifestações públicas e dá outras providências.

Art. 1º As operações de policiamento destinadas a acompanhar e conter manifestações públicas e o uso de balas de borracha nestas operações, no âmbito do Estado da Paraíba, obedecerão ao disposto nesta Lei.

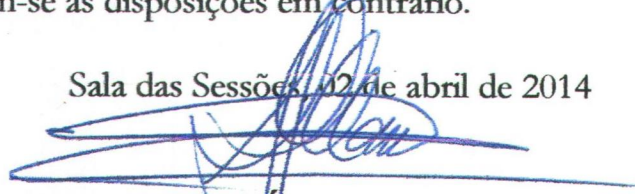
Art. 2º Em situações de confronto iminente com manifestantes, as polícias darão sempre prioridade a técnicas de negociação, devendo a tropa contar com, pelo menos, um especialista em mediação e negociação.

Art. 3º Nas operações descritas no art. 1º desta Lei, fica vedada a utilização de armas equipadas com balas de borracha, festim ou qualquer tipo de munição que cause lesões graves ou irreversíveis.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 02 de abril de 2014

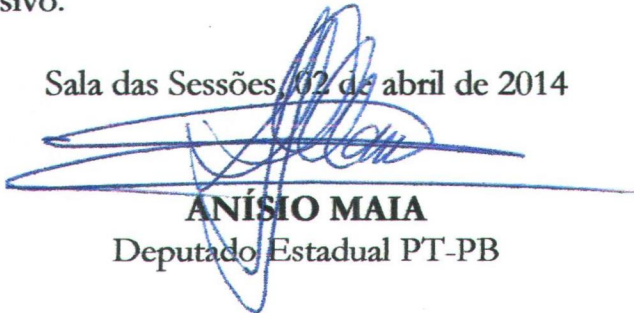

ANÍSIO MAIA
Deputado Estadual PT-PB

JUSTIFICATIVA

Com a finalidade de coibir o uso desproporcional da força por policiais durante protestos e manifestações em nosso Estado é que apresentamos a nossos pares e aos cidadãos paraibanos a presente propositura. Apesar de não ter havido excessos durante os protestos do mês de junho de 2013 que

ocuparam as ruas de todo o país, em manifestação liderada por camponeses pobres que lutam pela reforma agrária, a Polícia Militar de nosso Estado agiu com absurda truculência no mês de outubro próximo passado. Balas de borracha foram empregadas e feriram gravemente vários manifestantes. É importante esclarecer que esta e outras armas, denominadas de forma equivocada como "*não letais*", na verdade, dependendo da distância, podem afundar o crânio, provocar danos irreversíveis, como a cegueira, causar ferimentos graves, se atingir rosto e cabeça e, até, fatais, em pontos como a nuca. Nesse contexto, precisamos democratizar e humanizar a atuação das forças policiais de nosso Estado, para garantir que atuem como instância de proteção e garantia das liberdades públicas democráticas e, não, como aparato meramente repressivo.

Sala das Sessões, 02 de abril de 2014



ANÍSIO MAIA
Deputado Estadual PT-PB



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
SECRETARIA LEGISLATIVA



REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS
SUJEITAS À APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Registro no Livro de Plenário
Às fls. _____ sob o nº 1.907/14
Em 22/04/2014
P. Magalhães Maia
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão
Ordinária do dia 23/04/2014
P. Magalhães Maia
Dir. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência
e Controle do Processo Legislativo
Em, 23/04/2014.
P. Magalhães Maia
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa
No dia ____/____/2014

Departamento de Assistência e Controle
do Processo Legislativo

À Comissão de Constituição, Justiça e
Redação para indicação do Relator
Em ____/____/2014.

Secretaria Legislativa
Secretário

Publicado no Diário do Poder Legislativo
no dia ____/____/2013

Secretaria Legislativa
Secretário

Assessoramento Legislativo Técnico

Em ____/____/2014

Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator o Deputado
D. A. W. BAR
Em 23/04/2014

Deputado
Presidente

Apreciado pela Comissão
No dia ____/____/2014
Parecer _____
Em ____/____/

Secretaria Legislativa

Aprovado em (_____) Turno
Em ____/____/2014.

Funcionário

No ato de sua entrada na Assessoria de
Plenário a Presente Propositura consta
(_____) Página (s) e (_____) Documento (s) em anexo.
Em ____/____/2014.

Funcionário



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa



CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do que dispõe sobre os §§ 1º e 2º do art. 139 da Resolução nº 1.578, de 19 de dezembro de 2012 (Regimento Interno) que não houve apresentação de Emendas no Protocolo Legislativo da Divisão de Assessoria ao Plenário, unidade de trabalho da Secretaria Legislativa, durante os 05 (cinco) dias úteis, após a publicação no Diário do Poder Legislativo, no que se refere ao Projeto de Lei nº 1.907/2014, do Deputado Anísio Maia, que "Regula as operações de policiamento destinadas a acompanhar e conter manifestações públicas e dá outras providências".

Gabinete do Secretário Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa, 21 de maio de 2014.


FÉLIX DE SOUSA ARAÚJO SOBRINHO
Secretário Legislativo



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação
PROJETO DE LEI Nº. 1.907/2014.



Regula as operações de policiamento destinadas a acompanhar e conter manifestações públicas e dá outras providências.

AUTOR: Dep. Anísio Maia.
RELATOR: Dep. Dr. Aníbal.

P A R E C E R 2143/2013

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no âmbito de sua competência reservada, recebe para apreciação e emissão de parecer o **Projeto de Lei nº 1.907/2014**, da lavra do ilustre Deputado Anísio Maia, pretendendo Regular as operações de policiamento destinadas a acompanhar e conter manifestações públicas e dá outras providências.

Em sua justificativa o presente projeto tem reduzir situações de tensão e violência, como o uso desproporcional da força policial durante protesto e manifestações em nosso Estado. Minimizar os danos, preservar e respeitar a vida e proteger aqueles não envolvidos.

A proposta legislativa em apreço constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 23 de abril de 2014.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



II - VOTO DO RELATOR

É incontestável a boa iniciativa do nobre Dep. Anísio Maia, cabendo a essa Comissão analisar a admissibilidade constitucional, juridicidade e técnica legislativa apresentadas com a proposição. Para tanto, paço a proferir a análise de mérito e respectivo voto.

A matéria tem como escopo Regular as operações de policiamento destinadas a acompanhar e conter manifestações públicas.

Sendo assim, o presente projeto de lei se insere na vedação do art. 63, § 1º, II, "e", da Constituição Estadual, o qual estabelece que:

"Art. 63 (...)

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

II - disponham sobre:

e) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública."

Desse modo, o projeto de lei em tela apresenta vício de iniciativa, já que se trata de matéria de competência exclusiva do Governador do Estado.

Diante de tais circunstâncias, opino, pela **INCONSTITUCIONALIDADE E INJURIDICIDADE** do Projeto de Lei nº 1.907/2014.

É o voto

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 2014.

Anibal Marcolino
Relator



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em sintonia com o Voto da Senhor Relator, opina pela **INCONSTITUCIONALIDADE E INJURIDICIDADE** do Projeto de Lei nº 1.907/2014.

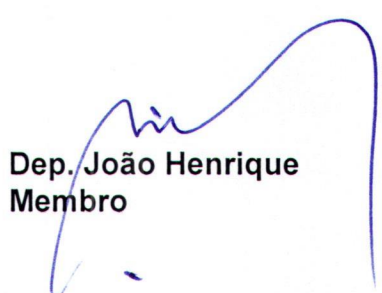
Sala da Comissão, em 12 de agosto de 2014.

Dep. JANDHUY CARNEIRO
Presidente


Apreciada Pela Comissão
No Dia 12/08/14

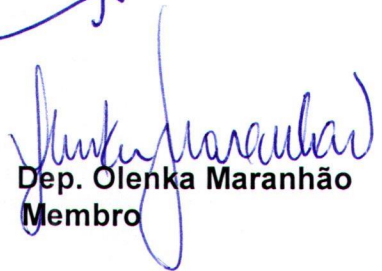

Dep. Lea toscano
Membro

Dep. Vituriano de Abreu
Membro


Dep. João Henrique
Membro


Dep. Aníbal Marcolino
Membro


Dep. Jutay Meneses
Membro


Dep. Olenka Maranhão
Membro